

Semanário Informativo

Folha da AT



Av. 25 de Setembro, nº 1235 | Tel: 21 34 42 00 | www.at.gov.mz | EDIÇÃO Nº 21 | Outubro - 2017



Autoridade Tributária realiza III Reunião Nacional de Planificação

FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE
Autoridade Tributária de Moçambique

PRESIDENTE
Amélia Muendane Nakhare

GABINETE DE COMUNICAÇÃO E IMAGEM

DIRECTORA
Natércia Manhenje

COORDENADOR EDITORIAL
Fenias Zimba

REDAÇÃO
Fenias Zimba, Ricardo Nhantumbo, Helmano Nhatitima,

COLABORAÇÃO
Maurício Cumbi, Pio Cassecasse, César Sucute, Liege Victorino, Ivan Gemuse, Arnaldo Teimoso, António Camacho, José Massaruge, Valerdina Manhonga

REVISÃO
Bernardino Manhaussane

FOTOGRAFIA
Jordão Mabote

MAQUETIZAÇÃO
Benedito Chivure

Capital Humano

Foco da Reunião Nacional de Planificação

Por: Fenias Zimba



Decorreu, de 09 a 13 de Outubro corrente, em Maputo, sob o lema *“Promoção e Desenvolvimento do Capital Humano, Garantindo a Sua Gestão, Rumo à Eficiência na Cobrança de Receita”*, a Reunião de Planificação das Actividades para 2018. O evento, que foi dirigido pela Presidente da Autoridade Tributária de Moçambique (AT), Amélia Nakhare, contou com a participação de diversos quadros da instituição, desde os Directores Gerais e seus Adjuntos, Directores de Serviços e equiparados, Coordenadores de Projectos Estratégicos, Directores Regionais e seus Adjuntos, Delegados Provinciais, Chefes de Divisão, Chefes de Repartição, representantes do Fundo Monetário

Internacional (FMI) bem como do Ministério do Plano e Finanças (MEF) e demais convidados.

A Presidente da AT, falando no acto da abertura, destacou que o fortalecimento da imagem institucional, da transparência e da justiça fiscal são elementos indispensáveis para o sucesso da missão da AT, razão pela qual, urge a necessidade de reformulação do Plano Estratégico, tendo em vista afinilar e clarificar a missão e visão da Autoridade Tributária para o período 2018-2022.

Nakhare explicou que a gestão da coisa pública exige responsabilidade e consciência, pelo que todos os funcionários devem exercer as suas

funções com integridade, disciplina e cortesia. *“Ao debater a gestão e desenvolvimento do capital humano, lema escolhido para o ano 2018, deve-se ter presente a necessidade de formação do homem em todas as vertentes do conhecimento, maximizando as oportunidades de formação que são oferecidas pelos parceiros de cooperação e a troca de experiências”*-explicou.

No entender da Presidente da AT, quando se fala do recurso humano, não se pode apenas apontar constrangimentos e ficar a espera de soluções, mas sim, usá-lo como alavanca para capitalizar o debate para resolução dos problemas de forma conjunta. Continuando, avançou que se devem

incluir formações transversais na lista de cursos elegíveis para formação dos funcionários.

No que concerne a gestão do pessoal, a timoneira da AT desafiou os técnicos informáticos a desenvolver num intervalo de dois meses, um aplicativo de gestão, pois segundo ela, a gestão de quadros não deve ser apenas uma questão de valores, mas sim de cultura no seio d instituição.

Sobre a mobilidade de quadros, solicitou-se a apresentação de uma proposta que fosse imparcial e transparente e a criação de um aplicativo informático para a gestão de quadros de forma transparente, com vista a melhorar a movimentação dos quadros. Paralelamente a isto, e respondendo à inquietação dos presentes, Amélia Nakhare disse haver necessidade de se fazer uma reflexão profunda sobre este sistema de avaliação em vigor na instituição, e sugeriu a criação de grupos específicos para reflexão sobre matérias relativas à gestão de Recursos Humanos. Numa outra abordagem, falou-se da necessidade de resgate dos qualificadores de carreira com vista colmatar a ausência do roteiro de progressão na carreira dentro da instituição, bem como permitir que facilmente apercebam-se do trajecto dos funcionários, evitando deste modo ascensões arbitrárias.

Nakhare disse, ainda, que à luz de aprovação da carreira única é preciso avaliar como é que os quadros auxiliares podem ser reorientados para novas funções, podendo ser enquadrados em novas categorias. Para tal, recomendou à equipa a trabalhar no aspecto de progressões e na estratégia de formação, que possa servir de um plano director para informar que tipo de quadros a instituição precisa para o desempenho das funções a vários níveis.

Dois mil e dezoito **O ano do Capital humano**

A Presidente da Autoridade Tributária de Moçambique, Amélia Nakhare, disse que a concentração de conhecimento, em uma minoria de funcionários, estrangula a capacidade global de resposta às várias situações que se colocam no dia-a-dia na colecta de receita. Nakhare fez esses pronunciamentos aquando da abertura da Reunião Nacional de Planificação das actividades

No que tange à arrecadação de receita, a número um da Autoridade Tributária referiu que até ao dia 30 de Setembro passado, foram arrecadados para os cofres do Estado cerca de 139. 06 mil milhões de Meticais, equivalentes a uma realização de 74.6% relativamente à meta anual.

Numa reunião onde predominou a abertura no diálogo entre a PAT e os demais participantes, tratou-se, entre outros temas de interesse

estratégico, do desempenho da receita, da distribuição de metas de receita para 2018, da reforma legislativa, da estratégia de comunicação institucional, e das linhas orientadoras e desafios para a política de desenvolvimento de recursos humanos.

O evento ora terminado foi caracterizado pela reformulação do mapa estratégico, com vista a afunilar e clarificar a missão e visão da instituição.



para o ano de 2018, que decorreu de 9 a 13 do mês corrente em Maputo.

Para Nakahare, o fortalecimento da imagem de qualquer organização, bem como a modernização da mesma rumo ao cumprimento dos seus objectivos, só é possível com o investimento no capital humano. "Foi nesse âmbito que decidimos

dedicar o ano de 2018, o ano de capital humano, no qual a apropriação da nossa visão, agenda e valores são as pedras angulares que irão nortear a nossa política e gestão do mais importante recurso de que a AT dispõe", afirmou.

Num encontro que juntou na mesma sala, quadros seniores da Autoridade Tributária de Moçambique,

representando diversas unidades que compõe a instituição, Amélia Nakhare explicou que ao debater a gestão e desenvolvimento do capital humano, deve-se ter presente a necessidade de formação do homem, em todas vertentes do conhecimento, maximizando as oportunidades disponibilizadas pelos parceiros de cooperação, e as trocas de experiências dentro e fora do país. Paralelamente ao investimento no capital humano, que a instituição se predispõe a fazer, Nakhare referiu que a AT deve continuar a observar, escrupulosamente e de forma imparcial, os mecanismos de mobilidade dos seus quadros a todos os níveis, como princípio de unicidade do

território nacional, a partir do qual encontrará respostas para a maximização dos recursos humanos existentes.

A dirigente-máxima da AT entende que o sucesso deste desiderato passa pelo desenho de políticas de formação que se cinjam em três vectores de actuação, nomeadamente, as formações de curto prazo, sejam elas treinamentos no local de trabalho, reciclagens, a serem combinadas com especializações de médio e longo prazo.

“Tendo como finalidade, potenciar as receitas para o ano de 2018, a instituição tem como desafio o

incremento dos níveis de vigilância, nas instituições financeiras e de seguros, e do turismo, este último que é um dos grandes calcanhares de Aquiles na cobrança de imposto, sobretudo nos casos de reservas efectuadas no exterior”- explicou.

De referir que este ciclo de planificação foi antecedida de seminários provinciais, em todas as delegações da AT, com vista a colher subsídios para o ajustamento metodológico do Plano Estratégico da AT e definição do Plano de Actividades e Orçamento para 2018, à luz da avaliação dos indicadores macroeconómicos de médio prazo.

Homenagem aos funcionários

Na senda da realização da reunião de planificação de actividades para o ano 2018, a Presidente da Autoridade Tributária, Amélia Nakhare, homenageou cerca de 13 funcionários, que tem demonstrado entrega e disponibilidade no cumprimento das actividades incumbidas. *“Colegas, os funcionários que aqui homenageamos,*

não são, necessariamente, os melhores técnicos da instituição, mas, os que demonstraram grande entrega e disponibilidade na excecção das suas actividades”- explicou.

Num outro desenvolvimento, Nakhare alertou que esse gesto (homenagem), não deve servir

de pretexto para o aparecimento de focos de descontentamento ou destabilização no seio da AT, mas sim tornar a instituição cada vez mais forte, rebusta e coesa, no cumprimento das suas missões.🌿



Em Sofala

AT apreende bebidas alcoólicas e cigarros contrabandeados

Texto e Fotos: António Camacho



A Campanha de Selagem de Bebidas Alcoólicas e Tabaco Manufacturado foi lançada a 17 de Março do ano corrente no País, uma medida que visa garantir que as empresas que vendem tabaco e bebidas alcoólicas paguem, efectivamente, o Imposto sobre o Consumo Especifico, bem como garantir o controlo da circulação e comercialização, em todo país, de produtos não selados, reduzindo deste modo os níveis de fuga ao fisco.

Com esta campanha, o Estado quer consciencializar todos os importadores que operam nesta área, sobre a necessidade de importar produtos devidamente selados, o que segundo a AT, entidade responsável pela implementação e fiscalização do processo, os produtos provenientes do exterior, devem ser selados no país de origem.

Foi na senda da fiscalização do cumprimento desta medida que a AT, em Sofala, apreendeu, recentemente, 2.234 garrafas de bebidas alcoólicas diversas e 504 maços de cigarros.

A apreensão destes produtos, segundo o Delegado da Autoridade Tributaria, em Sofala,

Raimundo Mapanzene, foi feita em alguns estabelecimentos comerciais do Distrito de Nhamatanda.

Segundo Mapanzene, durante o processo da fiscalização do cumprimento desta medida em Nhamatanda, constatou-se que certos operadores ainda não tinham requerido os respectivos selos, razão que ditou a apreensão imediata dos referidos produtos.

Ainda no mesmo distrito, a AT constatou que existem comerciantes com produtos sem respectivas estampas, apesar de terem já sido requeridas. Como medida de precaução,

a AT viu-se obrigada a recolher os mesmos produtos, aguardando pela sua confirmação.

“Depois de lançarmos a campanha de fiscalização para verificação do cumprimento da medida, introduzida em Março do ano corrente, descobrimos que existem alguns operadores desonestos, que estão a infringir a lei, razão pela qual decidimos apreender os respectivos produtos e encaminhar os processos ao Tribunal Aduaneiro, para aplicação das devidas sanções”, referiu Raimundo Mapanzene, para de seguida acrescentar que a operação irá continuar de modo a desencorajar o contrabando e a fuga ao fisco no país. 





Moçambique e Turquia discutem acordos para evitar a Dupla Tributação

Por: Fenias Zimba

Decorre de 16 a 20 de Outubro corrente, em Maputo, uma reunião envolvendo a República de Moçambique e a República da Turquia, com vista à discussão técnica para a materialização da assinatura do acordo para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matérias de impostos sobre rendimento entre os dois países.

Para esta sessão as autoridades moçambicanas e turcas estão representadas por equipas

da Direcção Geral de Impostos (DGI), da Autoridade Tributária de Moçambique (AT), e do Ministério da Economia da Turquia. Prevê-se incorporar, para este encontro, textos que previnam o planeamento tributário e mitiguem a perda de receita fiscal, a saber: uniformização das taxas a aplicar na tributação dos dividendos, a reformulação do Artigo que versa sobre a tributação em sede das mais-valias de modo a possibilitar a tributação no país, fonte de rendimentos

dos ganhos resultantes da venda de interesse participativos, em activos detidos nas áreas de minas e petróleos, bem como cláusulas anti-abuso para evitar o uso indevido dos acordos, fenómenos que, actualmente, se tem registado com muita frequência. 



CARO CIDADÃO:

COMPRE APENAS BEBIDAS ALCOÓLICAS E TABACO DEVIDAMENTE SELADOS

É PROIBIDA A POSSE, CIRCULAÇÃO E COMPRA/VENDA DOS
SEGUINTE PRODUTOS SEM SELO DE CONTROLO FISCAL

- CIGARROS, CIGARRILHAS E CHARUTOS, A PARTIR DO DIA 01 DE JULHO DE 2017
- BEBIDAS ALCOÓLICAS (VINHOS E ESPIRITUOSAS), A PARTIR DO DIA 16 DE JULHO DE 2017

PARA MAIS INFORMAÇÕES

LIGUE: 1266/DIRIJA-SE AOS SERVIÇOS PROVINCIAIS DAS ALFÂNDEGAS

PARA DENÚNCIAS

DIRIJA-SE AOS SERVIÇOS PROVINCIAIS DAS ALFÂNDEGAS, DIRECÇÕES/POSTOS FISCAIS,
POSTOS POLICIAIS (PRM, MUNICIPAL, ETC), INAE, GCCC (PGR)- DELEGAÇÕES PROVINCIAIS



EU SOU FISCAL, NÃO AO CONTRABANDO!

Contrafacção e uso ilícito de marcas

Junta funcionários da AT e da INAE

Por: Fenias Zimba



Realizou-se recentemente em Maputo, um workshop sobre contrafacção e uso ilícito de marcas em Moçambique, com o objectivo de capacitar os funcionários públicos em matérias necessárias para identificar, com clareza, as marcas contrafeitas e ilícitas, bem como o uso adequado das medidas previstas no Código de Propriedade Industrial e demais normas vigentes no país.

O evento, promovido pela ONG UNDCO, uma organização das Nações Unidas que opera no combate ao tráfico de drogas, em parceria com HALLIDAY FINCH para ÁFRICA, companhia internacional baseada no Quénia, que representa várias marcas no combate aos produtos contrafeitos, conta, para além de funcionários da Autoridade Tributária de Moçambique (AT) afectos aos pontos de entrada e saída de mercadorias, da Direcção de Auditoria, Investigação e Inteligência, com quadros da Inspecção Nacional das Actividades Económicas (INAE), entre outros. Falando no acto da abertura, Maria Rita

Freitas, Inspectora-geral do INAE disse que esta formação está a ter lugar num momento oportuno, em que o País necessita de dar resposta apropriada e em tempo útil aos vários casos de contrafacção e de uso ilícito de marcas, decorrentes no mercado. *“Estas marcas são de produtos e serviços de origem nacional ou importados, por isso mesmo, estão nesta sala funcionários da Autoridade Tributária de Moçambique e da Inspecção Nacional das Actividades Económicas”* – afirmou.

Freitas disse, ainda que, ao juntar numa única sala funcionários da AT e da INAE, pretende-se a harmonização de actuação destas instituições do Estado, no combate enérgico da contrafacção e ilicitudes no uso de marcas, desde a fronteira, nos casos de importações e pretensões de exportações, fábrica, até ao vendedor retalhista, através de troca de informação permanente e em tempo útil, bem como em acções conjuntas quando a situação assim o exigir.

Num outro desenvolvimento, a Inspectora-geral do INAE referiu que os conhecimentos a serem adquiridos no workshop não se podem resumir só na apreensão dos produtos, mas, também, para melhorar a saúde pública, o meio ambiente e contribuir na balança de pagamentos para os cofres do Estado. *“Apelo a todos participantes para que tirem o máximo proveito e que os conhecimentos aqui adquiridos sirvam de alavanca para as nossas acções operativas, no futuro”*-finalizou.

Por seu turno, Sérgio Nhampossa, director adjunto na Direcção de Formação da AT, congratulou os organizadores pela iniciativa, e referiu que a participação da instituição que representa é resultado do trabalho que tem sido realizado a nível interno, com vista a dotar os funcionários de conhecimentos que garantam uma plena fiscalização da circulação, importação, e exportação de produtos.🌱

Sofisticação da Tributação

e-Tributação e ATAF trocam experiências

Por: Liége Vitorino



Foto: Ivan Gemuce

No dia 16 do corrente mês, teve lugar nas instalações do Projecto e – Tributação, um encontro de trabalho com a delegação do Fórum Africano das Administrações Tributárias (ATAF), na senda dos contactos que esta organização vem efectuando há alguns sectores da Autoridade Tributária de Mocambique (AT) ao abrigo do memorando de entendimento ora existente no que tange ao fortalecimento institucional.

A referida delegação era composta por quatro especialistas, técnicos, nomeadamente Sameera Khan, Tracey Broons, Phero Masebe da área das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e o Gestor de Projectos de Pesquisa, Eugénio Brás, e foi recebida pelo Gestor do Projecto e – Tributação, Tomé Moiane, que se fazia acompanhar pelos Coordenadores das áreas.

O encontro que é o primeiro do género no

projecto e – Tributação, tinha como pontos de agenda o aprofundamento do conhecimento sobre o processo de modernização do projecto, estágio actual e desafios na componente do pagamento do imposto.

Após a apresentação dos funcionários que integram o projecto por sectores, coube à Moiane mencionar na componente organizacional interna os diferentes sistemas que interligam as áreas, tais como, o negócio, a interoperabilidade (Interface), o suporte funcional e testes, a Central de Atendimento e o Portal do Contribuinte, a formação, a comunicação e a administração.

Destacou que neste momento, está disponível e operacional no Sistema e-Tributação os módulos do Registo do Contribuinte e de Receita do Estado (incremento de IVA/ISPC e Processos Comuns cuja operação decorre através da plataforma do ETPM em que está

assente o e – Tributação. Acrescentou que, no âmbito do ETPM está igualmente previsto o pagamento via banco - PvB.

Referiu ainda que, enquanto não ocorre o PvB no ETPM, actualmente, o processo de pagamento via banco, é suportado pelo e-Declaração que é uma plataforma tecnológica, que foi desenvolvido internamente e disponibilizada a nível das Unidades de Grandes Contribuintes de Maputo e Matola, permitindo a submissão electrónica das declarações periódicas.

O Gestor do Projecto perspectivou que, até o final de Outubro estejam criadas todas as condições, para que em Novembro próximo, possa acontecer a segunda fase efectiva do projecto na esteira do novo implementador cujo desafio pressupõe a implementação dos outros módulos em falta. 🌱

Discurso de encerramento da Exma. Senhora Amélia Nakhare, Presidente da AT, na Reunião Nacional de Planificação



- Excelentíssimos Senhores Membros do Conselho Superior Tributário da Autoridade Tributária de Moçambique;
- Excelentíssimos Senhores Membros do Conselho Directivo da Autoridade Tributária de Moçambique;
- Excelentíssimos Senhores Directores Regionais;
- Excelentíssimos Senhores Delegados Provinciais;

- Caros Colegas;
- Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Volvidos cinco dias de intensos debates, chegamos ao fim da Reunião Nacional de Planificação que reuniu quadros de nível Central e Provincial da Autoridade para tomada de decisões e definição de políticas orientadoras a luz da implementação da Agenda de Desenvolvimento, nas suas

competências de cobrança de impostos e arrecadação de receitas.

A Autoridade Tributária de Moçambique adopta como cultura a Legalidade, Eficiência e Integridade, valores que deverão continuar a nortear a forma de ser e de estar dos funcionários da nossa instituição no exercício da sua missão.



Por legalidade pretende-se desafiar o sistema tributário a galvanizar a implementação criteriosa da Lei na execução dos processos e na prestação de serviços à sociedade, executando a agenda de forma eficiente o que vai exigir racionalidade no uso dos recursos e maximizar os resultados, guiados por princípios de integridade onde a valorização do bem comum irá exigir de todos e de cada um o desenvolvimento da cultura de defesa do bem-estar da colectividade.

Guiados por estes valores, tomamos ao nível estratégico a decisão de adoptar como missão: arrecadar receitas, de forma justa e transparente, para o financiamento da despesa pública e proteger a economia e a sociedade.

Esta missão tem presente três elementos fundamentais que definem as competências da autoridade tributária nos termos da Lei n.º 1/2006 de 22 de Março, a considerar:

Na arrecadação de receitas para além da cobrança de impostos internos e externos que constitui actividade central da autoridade tributária, também arrecadamos taxas e outras imposições a luz do estabelecido no sistema tributário nacional.

A justiça e transparência resulta do facto de estarmos conscientes dos desafios que ainda se colocam na construção de uma relação de confiança com os nossos contribuintes, mercê das fraquezas que ainda prevalecem, dentre os quais se destaca o burocratismo, fragilidades na capacidade de gestão dos reembolsos do IVA, extorsões e outras formas de exigências não lícitas que ainda são praticadas no nosso seio, e que poem em causa a credibilidade da nossa instituição.

Pretende-se que a exaltação da justiça e transparência fiscais motive os contribuintes e oficiais aduaneiros e tributários a actuarem de acordo com os ditames estabelecidos a luz da Lei e de forma transparente.

A Autoridade Tributária também tem como competências cobrar receitas tributárias e aduaneiras sem que para o efeito ponha em causa o normal funcionamento da economia, estimule a facilitação do comércio e capitalize o crescimento económico, através do mecanismo de redistribuição que resulta da repartição global das receitas produzidas pela economia.

No que se refere a protecção da economia e da sociedade devemos assegurar que as fronteiras moçambicanas não sejam palco de corrupção e actos ilícitos, de entre os quais fluxos ilícitos de bens e serviços, de capitais, drogas e outros produtos que possam por em causa a estabilidade nacional, cuja entrada no país ou trânsito através dele resulte na corrosão da segurança e da capacidade de barganha financeira para fazer face aos desafios que se colocam a gestão dos processos de desenvolvimento.

Ser referência internacional na arrecadação de receitas e na prestação de serviços tributários, foi a visão eleita para responder aos desafios actuais do sistema tributário que passam pelo fortalecimento da sua pujança técnica e estratégica, na região e no mundo, tendo para o efeito estabelecido em respostas a esta visão prioridades, das quais destaco as seguintes:

- A maximização da arrecadação de receitas de forma sustentável, aqui o nosso principal desafio é a redução do défice orçamental. Este objectivo depende da modernização da gestão da cobrança, do alargamento da base tributária, da intensificação das auditorias e fiscalizações, do combate aos ilícitos fiscais, do fortalecimento da ética e integridade, da simplificação e uniformização dos procedimentos e de uma gestão focada em resultados. Acreditamos que a implementação criteriosa dessas medidas levará ao incremento das receitas do Estado em pelo menos 40% nos próximos dois anos.

- O fortalecimento da nossa imagem institucional depende da apropriação dos valores institucionais aprovados nesta reunião de planificação, como parte crucial no combate a corrupção, ao burocratismo e todas as irregularidades que deles decorrem.
- Nestes termos declaramos tolerância zero à actos de corrupção e apostamos no incremento de medidas com vista a promover a imagem da Autoridade Tributária e aumentar a nossa credibilidade nacional e internacional.
- A justiça e transparência tributária remete-nos a ser implacáveis no cumprimento da Lei, reduzindo ao máximo o poder discricionário de cada funcionário da nossa instituição e responsabilização criteriosa e acutilante.
- Assistência ao contribuinte e promoção de educação fiscal tem presente a melhoraria no atendimento e prestação de informações aos contribuintes, a disponibilização de ferramentas que facilitam ao cumprimento das obrigações e a consciencialização dos cidadãos sobre a importância do pagamento do imposto. Pretendemos incrementar em 50% o número de contribuintes pagadores de imposto até 2019.
- O incremento da segurança e celeridade no fluxo de pessoas e bens requer o combate ao ilícito aduaneiro, a minimização dos tempos de desembarço de mercadorias, e disponibilização de informação para garantir maior previsibilidade aos operadores económicos, a monitoria aos tempos de desembarco e a implementação da tributação electrónica deverao ser assegurados nos proximos 2 anos.

Caros colegas,

O sucesso destas acções passa por reformas

instituições profundas em termos de ajustamento do quadro legal, política de gestão e desenvolvimento de recurso humanos, governança e a adopção de uma estrutura compatível com os desafios da organização.

Foi neste âmbito que dedicamos os 6 dias no debate sobre:

- Gestão de recursos humanos;
- Comunicação institucional;
- Gestão de logística, infra-estruturas e finanças;
- Acções para a melhoria da colecta de receita;
- Reformas legislativas necessárias para tornar o nosso sistema fiscal mais robusto;
- Tecnologias de informação e comunicação;
- Controlo aduaneiro; e
- Controlo interno.

14. Que resultaram no desenho de políticas e estratégias para fazer face aos desafios que se colocam a Autoridade Tributária nestes domínios.

No âmbito aduaneiro e tributário, devemos por um lado, continuar a executar as auditorias e fiscalizações em todo o território nacional, devendo-se para o efeito dinamizar as equipas com o maior envolvimento dos órgãos centrais em todos os processos e responsabilização, por produto.

Por outro lado, devemos efectuar avaliações quinzenais dos resultados das fiscalizações e auditorias e tomar medidas correctivas apropriadas em tempo útil para reduzir os níveis de desvio entre as constatações e a recuperação da receita.

No âmbito da reforma legal foram definidas como prioridades o ajustamento da legislação sobre o funcionamento da Autoridade Tributária, o ajustamento da legislação para o incremento da receita, nomeadamente a revisão da Lei de benefícios fiscais,

requalificação do Imposto Simplificado para Pequenos Contribuintes, revisão do Regulamento de Isenções e reformas na gestão do Imposto sobre o Valor Acrescentado e dos prazos de tributação. Também foi analisada a pertinência de adopção de um mecanismo legal para acomodar-se o perdão da dívida.

Propomo-nos fazer esta revisão conscientes de que no sistema tributário ainda prevalece espaço fiscal para acomodar a sua expansão avaliado em 50% dos actuais níveis de colecta, significando que o incremento da receita no seu mais elevado potencial resultaria na maximização da receita em mais de 50%.

Relativamente a política de gestão e desenvolvimento de recursos humanos para além da definição de prioridades de formação, o aproveitamento da capacidade técnica instalada, o estabelecimento de perfis e a redefinição do quadro tipo a luz da revisão dos qualificadores profissionais e da unificação da carreira são aspectos considerados como essenciais na melhoria da eficiência produtiva e motivacional.

A governança é um dos pilares indispensáveis na gestão institucional e envolve para além do processo de tomada de decisões, a clara definição e implementação da estratégia de comunicação interna e externa, onde o aprimoramento das tecnologias de informação e comunicação e o uso adequado das diferentes plataformas de comunicação, oral, escrita e visual sejam capitalizadas para o correcto funcionamento da instituição.

21. Relativamente a comunicação externa, devemos fortalecer a relação com os meios de comunicação social com vista a divulgação das nossas realizações e assegurar o pleno conhecimento pela sociedade do papel da Autoridade Tributária na implementação das políticas de desenvolvimento, através do incremento da educação fiscal e popularização do imposto.

No âmbito do controlo aduaneiro devemos

incrementar a fiscalização de empresas que gozam de regimes especiais de tributação, racionalizar os benefícios fiscais, coordenar com os nossos parceiros da região para desmantelar o uso indevido dos certificados de origem, exigir a responsabilidade dos operadores no comércio internacional tendo em conta o compromisso assumido no termo de responsabilidade para a importação e exportação de mercadorias, e incrementar os mecanismos de controlo e fiscalização, a marcação de combustíveis e selagem de bebidas e tabaco são algumas das medidas.

No âmbito do controlo interno estabelecemos como prioridade o combate a corrupção e ao comportamento desviante à todos os níveis. Recomendo que cada um de nós coloque mão a consciência sobre este mal e tenha uma postura íntegra, por forma a tornarmos a Autoridade Tributária uma instituição livre da corrupção.

Ilustres colegas,

Na cerimónia de abertura da Reunião Nacional de Planificação, demos informação sobre os avanços em curso na implementação da marcação de combustíveis, acção que visa combater o contrabando e disciplinar a venda de combustíveis no mercado nacional.

Está em curso negociação com a empresa vencedora do concurso público para o aprimoramento do mecanismo de implementação do Plano de implementação do projecto de marcação de combustíveis a nível nacional.

Nestes termos foi estabelecido 2018 como o marco para o início em todo o território nacional da implementação efectiva da marcação de combustíveis, estando em curso a mobilização de condições administrativas e físicas para o início da actividade.

Para 2018, prevê-se que a receita mínima do Estado para o financiamento da despesa pública esteja fixada em 222.8 mil milhões

de meticais, o que exige de nós uma reflexão interna para fazer face ao desafio de incremento do sistema tributário respondendo de forma eficaz a este imperativo legal, e este encontro deu as directrizes para o efeito.

Tendo em conta a actual conjuntura económica nacional, esta meta constitui um grande desafio para nós, porém a recuperação económica do nosso país e a implementação do Programa Quinquenal do Governo dependem desse esforço, por isso, gostaria de exortar a cada colega que nos desafemos a superar este desafio que nos é colocado, pois o desenvolvimento do nosso país depende do empenho de cada um de nós.

Gostaria de reiterar mais uma vez que para além de arrecadar receitas do Estado para a implementação dos programas de desenvolvimento do País, também é responsabilidade da Autoridade Tributária garantir a auto-suficiência financeira do Estado e a sustentabilidade das nossas políticas e programas de desenvolvimento.

Precisamos redobrar os nossos esforços, melhorar a nossa eficiência e ser ousados na busca de soluções que nos permitam responder de forma eficaz aos desafios de desenvolvimento do nosso país.

Para o efeito, estabelecemos como prioridades para o incremento da receita as seguintes acções:

- Alteração legislativa de forma a acomodar a submissão em simultâneo dos M20 e M22, a partir de 2018;
- Rever o Regulamento do Procedimento de Fiscalização Tributária, para a garantir

redução dos prazos processuais;

- Reforçar com recursos humanos, financeiros e materiais a fiscalização da selagem de bebidas alcoólicas e tabaco manufacturado e para a marcação de combustíveis;
- Reforçar a coordenação intra-institucional entre as áreas operativas e inter-institucional com outras agências do Governo relacionadas com o processo de tributação e que lidam com a promoção de investimentos;
- Introdução da figura do Gestor do Contribuinte ou Equipa especializada;
- Melhoria do controlo dos sistemas de facturação e de regularização do IVA a favor dos sujeitos passivos, que tem transacções com identidades não residentes;
- Penalização de contribuintes com comportamento desviante;
- Encetar diligências para tributação de mais-valias, com destaque para o sector imobiliário, automóveis e transacções de activos;
- Intensificar o combate ao contrabando e outras infracções tributárias com recurso as Brigadas Móveis e Equipas de Reverificadores; e
- Realizar operações conjuntas sistemáticas de equipas de reverificadores e de fiscalização para aumentar o controlo de verificação documental.

Os recursos disponíveis nunca serão suficientes para realizarmos todas as actividades que gostaríamos de levar a cabo no âmbito da implementação do nosso Plano Estratégico, assim, recomendo que sejamos capazes de priorizar as nossas actividades, tendo em

conta a necessidade de se salvaguardar a eficiência na nossa actuação.

Não basta conhecer de cor a nossa visão, missão, valores, o maior desafio está em transformar esses princípios em ingredientes indispensáveis para o desenvolvimento de valores institucionais.

Os nossos colegas que ficaram nas nossas unidades orgânicas esperam de nós:

- A transmissão da visão e apropriação das decisões que tomamos nesta semana de trabalho;
- A transmissão de critérios de funcionamento claros, envolvendo todos funcionários;
- Devemos monitorar o trabalho dos nossos colegas de modo a estabelecermos mecanismos de eficiência profissional;
- Devemos realizar avaliações conjuntas dos resultados obtidos, mensalmente, de modo a corrigir os desvios em tempo útil;
- Devemos partilhar as decisões que recebemos de órgãos superiores de forma apropriada, tendo presente a responsabilidade de cada um nós no sistema; e
- Devemos promover o bom trabalho e fazer a correcção do mau desempenho de forma objectiva.

Com estas palavras, declaro encerrada a Reunião Nacional de Planificação das Actividades para 2018.

Com Receita, Expansão e Integridade, todos Juntos Fazemos Moçambique!
Muito Obrigada pela Atenção!



Caro Cidadão

**Exija a factura,
recibo ou documento
equivalente em todas
suas transações
comerciais**

**Faça a sua parte e contribua
para o desenvolvimento do país**

